

COMO NÃO NEGAR A BIVALÊNCIA

Teresa Marques
Universidade de Lisboa

Abstract

De acordo com um argumento famoso de Williamson (1994), a suposição de genuínos contra-exemplos ao princípio de bivalência é absurda. O argumento depende de esquemas intuitivos sobre a verdade e falsidade. Algumas propostas recentes de Beall (2002) e Richard (2000) pretendem manter os esquemas como válidos, mas rever o sentido da negação usada na negação da bivalência. Argumento que estas propostas são ad hoc, pois não têm qualquer motivação além de tentar evitar a derivação de contradições.

Keywords

Verdade, falsidade, bivalência, falhas de valores de verdade, negação.

1. Introdução

Será coerente supor que existem contra-exemplos ao princípio de bivalência? De acordo com Timothy Williamson, não é. Williamson (1994) apresenta-nos um argumento simples e poderoso que demonstra que a suposição de contra-exemplos à bivalência gera contradições. O argumento não apela a qualquer regra de inferência controversa, e os seus pressupostos fundamentais são esquemas descitacionais (ou de equivalência) para a verdade e a falsidade.

Algumas propostas recentes pretendem evitar a conclusão do argumento alterando o sentido da negação. Assim, JC Beall (2002) introduz uma distinção entre dois sentidos de negação: forte e fraca, enquanto que Mark Richard (2000) sugere que reconheçamos a distinção entre negar uma frase e a afirmar uma frase negada. Argumentarei que estas propostas estão equivocadas. A introdução das distinções propostas é ad hoc, oferecendo soluções localizadas sem qualquer motivação independente para além de evitar a derivação de contradições. Finalmente, sugiro que existe um sentido plausível de negação a que podemos apelar, nomeadamente à negação meta-linguística. Mas a negação meta-linguística só pode ser útil se bloquear qualquer descitação, incluindo a enunciação de condições de verdade. Argumentavelmente, o que não tem condições de verdade não é um portador de valores de verdade, e portanto não é um contra-exemplo ao princípio de bivalência. Assim, o argumento de Williamson (ainda) está de pé – a suposição de contra-exemplos ao princípio de bivalência é incoerente.

2. O argumento de Williamson

O argumento de Williamson (1994: 1988-9) depende fundamentalmente de esquemas descitacionais (ou de equivalência) para a verdade e falsidade, mostrando que a suposição de contra-exemplos ao princípio de bivalência gera contradições. Se o argumento estiver certo, então não podem existir contra-exemplos à bivalência. Esta uma dificuldade séria, em particular para os deflacionistas que não estão inclinados a aceitar o princípio de bivalência: como pode o significado do predicado de verdade ser dado inteiramente pelos casos particulares de um esquema descitacional, se alguns dos casos aparentemente legítimos levam a contradições? O argumento também é problemático para qualquer pessoa que acredite que os esquemas descitacionais avançados por Williamson são basicamente correctos:

(T) Se e diz que P, então e é verdadeira se, e só se, P

(F) Se e diz que P, então e é falsa se, e só se, não P

(nestes esquemas ‘e’ deve ser substituído pelo nome de uma elocução; no lugar de ‘P’ devemos inserir uma frase que expresse o que é dito na elocução e). Pode ser o caso que haja mais a dizer sobre as noções de verdade e falsidade, mas é assumido que os esquemas capturam algo de essencial a ambas as noções. Os deflacionistas defenderão que os esquemas (estes ou outros semelhantes) capturam tudo o que há a dizer sobre a verdade e falsidade. A condição de que algo deve ser dito para que a verdade ou falsidade sejam aplicáveis é relevante; a bivalência não diz que tudo é verdadeiro ou falso. Williamson formula o princípio de bivalência também como um esquema:

(B) se e diz que P, então ou e é verdadeira ou e é falsa.

Como (B) é um condicional, um contra-exemplo deve satisfazer o antecedente de (B) e falsificar o consequente:

e diz que P e não (e é verdadeira ou e é falsa)

Se supormos que uma elocução e diz que P, mas que não é verdadeira nem falsa, inferimos que não P nem não não P, o que é uma contradição. Os esquemas (T) e (F) são os pressupostos fundamentais, pois permitem equacionar a negação de que uma elocução em particular é bivalente com a negação de um caso particular do terceiro excluído. A negação do terceiro excluído leva a uma contradição, por uma aplicação incontroversa de De Morgan. Assim, é incoerente supor que há contra-exemplos à bivalência.

3. Negação

Muitas pessoas pensarão que um argumento tão simples como o de Williamson prova demasiado. Mas, supondo que os esquemas (T) e (F) são princípios fundamentais sobre a verdade e a falsidade, o que se pode fazer para tornar os esquemas compatíveis com a suposição de contra-exemplos à bivalência? Os esquemas (T) e (F) parecem capturar apenas princípios intuitivamente correctos relativos à verdade e falsidade, mas ao aceitarmos os esquemas como correctos ficamos obrigados a aceitar a equação entre uma negação na meta-linguagem (i.e., a negação que uma elocução é verdadeira ou falsa) e uma negação na linguagem objecto (negação de P e de não P). É essa equação que nos permite derivar contradições.

Se o uso da negação fosse revisto, talvez se pudesse bloquear a equação entre a negação na meta-linguagem e na linguagem-objecto. Talvez, quando dizemos que uma elocução não é verdadeira nem falsa, não queiramos dizer que a elocução não é verdadeira, num sentido forte em que podemos inferir que P não é o caso, nem queiramos dizer que a elocução não é falsa, no sentido forte em que podemos inferir que não P não é o caso, porque se fosse isso que queremos dizer então estaríamos comprometidos com a afirmação de uma contradição, o que é absurdo. Pode ser sugerido que nós temos uma atitude neutra em relação a casos problemáticos, e, talvez, possamos expressar essa atitude usando um sentido diferente de negação.

Suponhamos que apelamos à negação fraca, “ne” em vez de “não”. Um contra-exemplo particular à bivalência seria assim descrito desta forma: uma elocução *e* diz que *P* mas *ne* (*e* é verdadeira ou *e* é falsa). Daqui apenas podemos inferir que *ne P* e *ne não P*, o que não é contradição alguma. Mas como entender este novo tipo de negação fraca? Ou bem que é primitiva, ou bem que é definida em termos de negação forte. Se for definida em termos de negação forte, então a estratégia falha, porque as condições de verdade de “*ne P*” serão idênticas às de “*não P*”, e assim a introdução de uma nova negação é inútil.

JC Beall (2002) propõe uma solução para como distinguir a negação fraca da negação forte¹. O propósito de Beall é preservar os esquemas descitacionais para a verdade e falsidade e torná-los compatíveis com a suposição de falhas de valores de verdade. Ele mantém que o deflacionismo é compatível com a existência de falhas de valores de verdade desde que reconheçamos, precisamente, a distinção entre a negação forte e a negação fraca. O problema, como Beall reconhece, é fornecer uma definição da negação fraca que não seja circular. Imagine-se que definíamos a negação fraca desta forma: a negação fraca de ‘*P*’, ‘*ne P*’, é verdadeira se ‘*P*’ é falsa ou falhar em valor de verdade. A negação forte de ‘*P*’ é verdadeira se ‘*P*’ for falsa, mas falha em valor de verdade se ‘*P*’ também falhar em valor de verdade. A falsidade é definida como a verdade da negação forte. Agora, ‘*P*’ falha em valor de verdade se *ne P* e *ne não P*. ‘*Ne P*’ é verdadeira se ou não *P*, ou *P* falhar em valor de verdade (i.e., *ne P* e *ne não P*). Mas isto é circular. O que se pretendia era, em parte, que a introdução da negação fraca ‘*ne*’ ajudasse a iluminar de que forma certas elocuições podem falhar em valor de verdade, sendo contra-exemplos à bivalência, sem contradição. Assim, em vez de se dizer que ‘*P*’ falha em valor de verdade quando não *P* e não não *P*, o que é absurdo, dir-se-ia que ‘*P*’ falha em valor de verdade quando *ne P* e *ne não P*. Mas se assim é, então não devíamos usar a própria noção de uma falha de valor para definir a negação fraca, porque isso é circular.

Beall defende que a negação fraca deve ser encarada como uma noção primitiva, para evitar a circularidade, e que o uso dos dois tipos de negação, forte e fraca, é apreendido por meio de regras de inferência que regem o uso dos tipos de negação na prática dedutiva. As regras avançadas dividem-se em regras simples e regras compostas (as que envolvem apenas o uso de um tipo de negação, e as que envolvem o uso dos dois tipos de negação). Os dois conjuntos de regras simples são idênticos: são a eliminação da negação dupla e as leis de De Morgan. As regras compostas são restritas.²

Todavia, o problema com o conjunto de regras oferecido é que, por um lado, o conjunto de regras simples não nos ensina nada sobre dois usos da negação, dado que as inferências permitidas são idênticas. Por outro lado, aceitar que existem regras compostas pressupõe que temos dois tipos de negação à nossa disposição. Também pressupõe que podemos saber quais as inferências válidas, e quais as inválidas, misturando os dois sentidos de negação. Mas do facto de podermos postular regras de inferência para uma nova conectiva, não se segue que exista uma prática linguística que use essa conectiva; em particular, postular regras de inferência compostas para dois tipos de negação não demonstra que existam dois tipos de negação à nossa disposição. A restrição nas regras compostas requer uma razão para restringirmos a eliminação da negação dupla e de De Morgan. Mas não nos é explicado porque são as regras restritas daquela forma. A única razão plausível para restringir as regras parece ser a explicação anterior para as condições de verdade de ‘*ne P*’ e ‘*não P*’. Contudo, essa explicação é circular. Portanto, postular regras de inferência para a negação fraca e forte não nos dá o significado de ‘*ne*’, nem motivação independente para distinguir os dois tipos de negação. Pelo menos, não nos dá qualquer motivação para além de evitar a derivação de contradições. Sem essa motivação, a proposta de Beall é simplesmente *ad hoc*.

¹ Beall chama “forte” à negação a que Williamson chama “fraca” e vice-versa; uso as designações de Williamson para as duas negações.

² Eliminação da negação dupla composta: não *ne P* implica *P*; *P* implica *ne não P*; e De Morgan composta: *ne (P* ou não *Q)* sse *ne P* e *ne não Q*; não (*P* e *ne Q*) sse não *P* e não *ne Q*. (Cf. Beall (2002): 303).

Outra hipótese é a proposta por Mark Richard (2000). Em vez de propor um novo tipo de negação, a sua proposta consiste em sugerir que reconheçamos a diferença entre negar uma frase e afirmar uma frase negada. Como Richard mantém, afirmar algo compromete-nos com as consequências da nossa afirmação. Mas não parece ser necessário, acrescenta Richard, supor que devemos estar comprometidos com as consequências de uma frase que negamos. Isto aplicar-se-ia ao caso do argumento de Williamson desta forma: podemos negar que uma elocução *e* seja verdadeira ou falsa, depois negar que *P* ou não *P*, e portanto negar que *P* e negar que não *P*. Mas nada disto chegaria a ser o mesmo do que estar comprometido com a afirmação de uma contradição.

Richard não explica melhor, contudo, em que consiste a diferença entre estar comprometido com afirmar ‘não *P*’ e simplesmente negar ‘*P*’. De que modo é que não precisamos de estar comprometidos com aquilo que se segue do que negamos? Existem muitas maneiras de não nos comprometermos com as consequências de uma negação (podemos ser teimosos, por exemplo), mas devíamos ter mais a dizer sobre como podemos ser desculpados disso. A noção de “estar comprometido a afirmar”, em si mesma, é muito vaga para ser elucidativa. Se uma pessoa de facto acredita que existem elocuições que não são verdadeiras nem falsas, então essa pessoa devia estar comprometida com a afirmação de que existem tais elocuições. Portanto, devia estar comprometida em afirmar que certas elocuições não são verdadeiras nem falsas, e igualmente comprometida com quaisquer consequências que se sigam. Se negamos, como no argumento, que *e* é verdadeiro e que *e* é falso, então segue-se que não *P* e que não não *P*. E se uma contradição se segue, insistir que não precisamos de estar comprometidos em afirmá-la é ad hoc. Assim, a distinção introduzida por Richard não lhe permite desarmar o argumento de Williamson.³

4. Negação meta-linguística

Recordemo-nos de que o objectivo de rever o uso da negação é prevenir a equação entre a negação de que uma elocução em particular é bivalente com a negação de um caso do terceiro excluído. Impedir uma inferência directa para a linguagem objecto é uma maneira de alcançar esse fim. Uma forma de entender a negação, que dará conta da sugestão de Richard de que existe uma diferença entre simplesmente negar ‘*P*’ e afirmar ‘não *P*’, é a negação meta-linguística.

A negação meta-linguística pretende capturar o insight de que nem toda a negação é a negação daquilo que é literalmente dito numa elocução. É usada normalmente para rejeitar a correcção de uma elocução prévia. Como Horn (1989) diz, foca “não a verdade ou a falsidade de uma proposição, mas a asseribilidade de uma elocução”. (Horn, 1989: 363) Pode focar um aspecto particular, que afecte a correcção de toda a elocução, por exemplo uma pressuposição, uma implicatura, ou que a elocução é (socialmente) inadequada (por causa da escolha de palavras, ou mesmo da entoação, por exemplo). A negação meta-linguística não precisa de negar o que foi dito, nem de objectar à verdade ou falsidade da elocução. Eis dois exemplos de Horn que ilustram usos diferentes da negação meta-linguística:

Ganhar não é tudo, é a única coisa

Não é coelho guisado, é civet de lapin.

Contudo, nenhum destes tipos de caso é de grande ajuda contra o argumento de Williamson. O que se quer é um uso de negação linguística que foque precisamente o valor de verdade de

³ Richard também propõe alterar a leitura do bicondicional no esquema (T), assumindo que o bicondicional no esquema é o bicondicional material. Mas no argumento de Williamson, e nos esquemas propostos, nenhuma interpretação em particular das conectivas é assumida, e portanto, não é necessário que o bicondicional seja o material. Tudo o que se requer é que os lados esquerdo e direito do bicondicional tenham o mesmo valor semântico. Contudo, sem uma melhor justificação para a distinção entre negar algo e afirmar a sua negação, o novo sentido do bicondicional proposto por Richard é inútil. Se de facto é um bicondicional, então uma negação seguir-se-á na mesma.

uma elocução, ou melhor, o facto de que essa elocução não tem qualquer valor de verdade. Há casos que ilustram esse uso:

O que ela disse não é verdadeiro nem falso. Ela disse “Despacha-te!”

O professor de inglês não disse nada de verdadeiro ou falso na aula quando disse: “ele gosta da mãe”.

Estes exemplos também não ilustram o uso da negação de que precisamos para bloquear o argumento de Williamson, porque não é suposto que as elocuições em (3) e (4) tenham dito algo que alguma vez pudesse ter sido avaliado como verdadeiro ou falso, uma vez que estas elocuições não pretendem sequer ser afirmações (o caso (3) é uma ordem, o caso (4) um exemplo numa aula, sem referência a quaisquer pessoas em particular). O que se devia encontrar é um uso de negação meta-linguística que rejeite a correcção de predicar uma elocução e como verdadeira e como falsa, mas que se aplique a casos de elocuições que se espera serem feitas para fazer afirmações.

A negação meta-linguística pode focar, por exemplo, uma pressuposição de uma elocução feita. Suponha-se, por exemplo, que existe alguma pressuposição de que os termos singulares, como demonstrativos, indexicais ou nomes próprios, (na maioria dos seus usos) não são vazios. Se assim for, então podemos dizer que uma elocução contendo um termo singular vazio não é verdadeira nem falsa, e, nestes casos, a falha de referência pode ser encarada legitimamente como uma causa de falhas de valores de verdade. Se a pressuposição de que um termo singular refere falha, então podemos negar meta-linguisticamente a elocução contendo o termo e bloquear a descitação. Num caso como este, os consequentes de (T) e (F) relativos a essa elocução são inaceitáveis. Rejeitamos que uma elocução seja verdadeira ou falsa porque não podemos usar o termo singular vazio para enunciar as condições de verdade e de falsidade da elocução. Por exemplo, se Macbeth alucina um punhal, e diz “este punhal é afiado”, não podemos dizer que a sua elocução é verdadeira (ou falsa) justamente no caso de aquele punhal particular ser afiado (ou não), porque não existe qualquer punhal identificável demonstrado que permitisse formular as condições em que uma tal elocução seria verdadeira ou falsa. Mas o facto de não podermos enunciar condições de verdade e falsidade significa que não podemos enunciar o conteúdo de uma tal elocução. No contexto de uso imaginado, “este punhal é afiado” nada diz (i.e., não tem conteúdo vero-condicional).

Não é claro, todavia, que qualquer caso putativo de falhas de valores de verdade seja o resultado de algo como falhas pressuposicionais. Mas mesmo que fosse esse o caso, este uso da negação meta-linguística seria inútil para desarmar o argumento de Williamson, uma vez que o uso da negação meta-linguística só poderia ser útil a bloquear a descitação se também bloquear a enunciação de condições de verdade e falsidade, e a enunciação do conteúdo vero-condicional, das elocuições problemáticas. Para generalizar, a negação meta-linguística só poderia ser útil para bloquear a derivação de contradições resultantes da suposição de contra-exemplos ao princípio de bivalência se também bloquear a identificação daquilo que é dito numa elocução. Argumentavelmente, uma elocução sem conteúdo vero-condicional não conta como um portador de valores de verdade, e portanto não é um contra-exemplo à bivalência.

5. Conclusão

Podemos duvidar que sempre que dizemos que uma elocução não é verdadeira nem falsa estejamos a dizer que não é verdadeira e que não é falsa num sentido forte. Mas o sentido alternativo no qual devemos entender a negação não é claro. As propostas de Beall ou de Richard poderiam desarmar o argumento de Williamson e tornar a suposição de falhas de valores de verdade coerente se um sentido distinto de negação estivesse disponível. Mas as suas propostas são ad hoc, uma vez que a introdução de maneiras diferentes de entender a negação, em qualquer das propostas, não revela qualquer motivação para além de tentar evitar derivar contradições.

A melhor alternativa parece ser a negação meta-linguística, pois captura o insight de que nem toda a negação é uma negação daquilo que é literalmente dito. Mas o preço a pagar pelo uso da negação meta-linguística para bloquear o argumento do Williamson é o de tratar os casos putativos de falhas de valores de verdade como casos que não dizem nada e que não têm condições de verdade ou de falsidade. Por outras palavras, o preço é tratar tais casos como se não fossem genuínos contra-exemplos à bivalência. Mas sem uma alternativa, a suposição de genuínos contra-exemplos à bivalência continua a ser absurda, e portanto, o argumento de Williamson (ainda) está de pé.

Referências

- Beall, J.C. 2002. Deflationism and Gaps: untying ‘not’s in the debate. *Analysis* 62:299–304.
- Horn, L. 1989. *A Natural History of Negation*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Horwich, P. 1998. *Truth*. 2nd ed. Oxford: Clarendon Press.
- Richard, M. 2000. On an argument of Williamson’s. *Analysis* 60:213–217.
- Williamson, T. 1992. Vagueness and Ignorance. *Aristotelian Society supplementary volume* 66:145 – 162.
- . 1994. *Vagueness*. London and New York: Routledge.
-